

ESPAÇO, TERRITÓRIO E CONFLITOS AMBIENTAIS: UMA ABORDAGEM SOBRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A QUESTÃO AMBIENTAL

Rosiglay Cavalcante de Vasconcelos

rosi_glay@hotmail.com

Programa de Pós-Graduação Desenvolvimento
Meio Ambiente – PRODEMA/UFPE

Leônio José Alves da Silva

leonioalves@bol.com.br

Programa de Pós-Graduação Desenvolvimento
Meio Ambiente – PRODEMA/UFPE

Guilherme José Ferreira de Araújo

guigeorecife@gmail.com

Programa de Pós-Graduação Desenvolvimento
Meio Ambiente – PRODEMA/UFPE

Maria José Pereira da Silva

mariaescada@yahoo.com.br

Programa de Pós-Graduação Desenvolvimento
Meio Ambiente – PRODEMA/UFPE

RESUMO

O presente trabalho faz parte de um estudo realizado sobre a relação entre o desenvolvimento econômico e a questão ambiental no espaço, trabalhado numa perspectiva de território, enquanto lugar de identidade social; o que remete a uma análise de conflitos sociais e ambientais, decorrentes do processo de globalização pela qual vivencia a humanidade. Objetivou-se com este estudo analisar essas relações sociais de poder no espaço utilizado, onde os conflitos ambientais são decorrentes da disputa territorial em que grupos locais lutam contra o desenvolvimento econômico capitalista homogêneo e uniforme. Essa investigação científica tem como pressuposto teórico uma abordagem dialética, na perspectiva da complexidade dialógica, e interdisciplinar, onde os conflitos sociais e ambientais emergem do processo de luta de grupos contra a desterritorialização, numa percepção de lugar como espaço vivido; e dos conflitos socioambientais, enquanto luta política. Conclui-se, desta forma, que a disputa do espaço territorial e local, mediante a atuação hegemônica da globalização desencadeia os conflitos ambientais, como forma de luta política que busca a preservação ambiental e do modo de vida nas suas identificações.

Palavras Chaves: Território, Globalização, Conflitos Socioambientais.

SPACE, TERRITORY AND ENVIRONMENT CONFLICT: A APPROACH ABOUT ECONOMIC DEVELOPMENT AND ENVIRONMENTAL ISSUE

ABSTRACT

This work is part of a study based on the relationship between economic development and the environmental issue in space, in terms of territorial perspective, as well as place of cultural and social; relating to a analysis of social and environmental conflict, that results from the globalization process that nowadays is experienced for the humanity. The aim of this study is to analyze the social relations of power in the used space, where the environmental conflict are results from territorial dispute which local groups fights against the homogeneous and uniform capitalist economic development. This scientific research presents the dialectic and interdisciplinary approach like the theoretical assumption, that the social and environmental conflict arise from fight process of groups against the deterritorialization process, under perception of place as experienced space, and the conflict while politics fight. Concludes that the dispute of the territorial and local space, under the environmental perspective, front the hegemonic

Recebido em 20/09/2010
Aprovado para publicação em 10/03/2011

power of the globalization process, triggers environmental conflict, as political struggle that search environmental preservation and a singular lifestyle.

Keywords: Territory; Globalization; Socio-Environmental Conflict.

INTRODUÇÃO

A análise da abordagem sobre a questão ambiental no desenvolvimento econômico na sociedade capitalista significa a possibilidade de reintegração da natureza na economia, mediante a valorização dos recursos ambientais. Essa relação é possível a partir do momento que o homem adota uma postura ético-política como parte integrante da natureza.

A postura integradora representa, assim, a mudança de atitudes comportamentais e culturais, enquanto componente participante de um grupo comunal. Essa transformação comportamental é a condição de superação da problemática ambiental, já que a possibilidade de perceber a realidade na sua complexidade e totalidade significa uma condição de superar a crise de civilização criada pela racionalidade econômica.

Diante da crise aprofundada pela globalização neoliberal, a política do espaço, do lugar surge como uma reivindicação social, mobilizada pelos novos direitos do lugar. Direitos esses, percebido pelo espaço social, onde os atores sociais exercem seu poder para mobilizar potenciais na valorização local e nas identificações culturais. Com isso, a construção social do território implica em uma nova relação sociedade-natureza, que leva a questionar a coisificação do espaço e a exploração do homem e dos recursos ambientais pelo desenvolvimento econômico capitalista.

É com isso, que a expansão capitalista faz surgir novas relações sociais caracterizadas pelos conflitos socioambientais, baseados da confrontação de interesses e estratégias diferenciadas de apropriação do espaço. Os movimentos sociais representam assim, lutas políticas e sociais contrárias à expulsão de grupos sociais que percebem o território como parte integrante do mundo social. Desta forma, esses conflitos denotam reivindicações de valorização do território como parte integrante do modo de vida social e cultural. Nesse sentido, o habitat é considerado o lugar onde se constrói e se define a territorialidade de um modo de vida, emergindo assim, a espacialização de uma sociedade, onde os sujeitos sociais projetam o espaço apropriando-se com suas significações e práticas sociais.

É diante da relação do homem com o ambiente que se faz necessário perceber a importância do território como local de contradições e reivindicações políticas e sociais dos diferentes grupos sociais. As relações de poder que se estabelecem entre os grupos sociais, e até mesmo dentro de cada grupo, são evidenciadas com os conflitos na confrontação de interesses e estratégias diferenciadas de apropriação e aproveitamento da natureza na era da globalização.

Sendo assim, Objetivou-se nesse estudo analisar as relações sociais de poder desencadeadas no espaço utilizado, uma vez que os conflitos ambientais são decorrentes da disputa territorial em que grupos locais lutam contra o desenvolvimento econômico capitalista homogêneo e uniforme na sociedade globalizada.

PRESSUPOSTOS HISTÓRICOS E FILOSÓFICOS DA RACIONALIDADE AMBIENTAL

A compreensão do que seja natureza perpassa pelo modo como o homem enxerga o mundo e a sociedade a qual ele faz parte. Isso porque natureza não deve ser entendida como um conceito natural, já que o modo como uma sociedade se organiza e estabelece as relações sociais está interligado ao modelo de cultura adotado e legitimado pela interação entre os homens e o modo de perceber a realidade.

No mundo Ocidental, o modo de pensar a natureza já foi radicalmente diferente do que tem dominado nas épocas moderna e contemporânea. Na antiguidade, período pré-socrático, a gênese mitológica desenvolve a idéia de *physis* como um princípio inteligente, usado para estabelecer o espírito, o pensamento, a inteligência, o logos e outras mais manifestações do pensamento mitológico. *Physis* significa também aquilo que por si só brota, se abre, emerge. É um conceito que não é estático, mas organizado de forma dinâmica e profunda. (GONÇALVES, 2006).

É diante desse pensamento dinâmico e organizado, onde a *physis* é o princípio de tudo aquilo que vem a ser, inclusive a origem do próprio homem, que é importante destacar como o homem organizava o seu modo de vida e se relacionava com os outros homens e com os recursos ambientais², conforme coloca Pelizzoli (2007):

O mundo antigo e medieval tinha uma visão orgânica de mundo, com um modo correlativo de situar-se num cosmo ordenado e determinado; vive-se em comunidades pequenas e coesas, com relativa autonomia, vivenciando mais proximamente os processos socionaturais (clima, terra, relação social, alimentos, medicamentos); com a interdependência entre fatores espirituais e materiais, e com a prioridade da comunidade sobre o indivíduo. (PELIZZOLI, 2007, p. 15-16).

O modo correlativo e ordenado nesses períodos mostra que a natureza era percebida como um todo orgânico, já que a percepção lógica de sociedade vem do fato do ambiente ser o meio que a sociedade extrai os recursos essenciais à sobrevivência e o suporte da vida, formando assim, a inseparabilidade da ordem e da desordem.

É o significado da complexidade que de acordo com Morin (2008), é através do pensamento complexo que ocorre a identificação da ordem e da desordem, onde a ordem deve ser percebida a partir dos diversos níveis: o primeiro nível seria os fenômenos que aparecem na natureza física, biológica e social (constância, estabilidade, regularidade e repetição); já o segundo é a natureza da ordem (determinação, coação, causalidade e a necessidade) que fazem os fenômenos obedecer às leis que os governam, levando assim ao terceiro nível, considerado mais profundo (coerência, coerência lógica e possibilidade de deduzir ou de induzir e prever). É diante dessa relação da inseparabilidade que se revela no universo o fundamento das verdades lógicas, em que a relação dialógica se constitui a ordem inseparável da desordem, onde cada um é o complementar do outro, mas antagônico entre si, formando uma totalidade ordenada.

A totalidade do universo não é desordenada, daí a necessidade de buscar reconhecer a ordem do universo, podendo ser visto como um todo estruturado do qual se incube descobrir suas leis e estruturas internas. A ordem buscada não é aquela com a qual se organiza as coisas do espírito, mas a ordem que as coisas, elas próprias, têm. (SANTOS, 2008).

Dessa forma, a totalidade é percebida pela realidade na sua integralidade, englobando a natureza e a comunidade humana. É nessa unidade complexa de organização do todo que o ecossistema surge como condição de compreender a interação entre os seres vivos de todas as espécies. O ecossistema possibilita a reflexão das relações entre os seres vivos e estabelece a idéia de harmonia e de equilíbrio.

Para Gonçalves (2006), o ecossistema compreende o biótipo, isto é, o meio geofísico e a biocenose – conjunto das interações entre os seres vivos que povoam este biótipo. Constituindo assim, uma unidade complexa de caráter organizador ou sistema, onde o ecossistema é um todo que se organiza pelas interações entre suas partes.

Nesse sentido, o todo não é mais que as partes. Todavia, o ecossistema emerge a partir de uma série de ações egoístas e retroage sobre os diversos seres que manifestam qualidades de que não dispõem isoladamente. Nesse sentido, o todo também seleciona as partes, condicionando-as. (GONÇALVES, 2006, p. 64).

O que pode ser observado é que a natureza tem sua própria independência em relação à espécie humana, onde as coisas seguem seus próprios modos. A busca de uma harmonia está no fato de perceber a natureza na sua complexidade.

É diante dessa concepção que Passmore (1995), destaca que quando se admite plenamente a independência da natureza e como os fatos seguem seus próprios e complexos modos, faz emergir

² Para Sánchez (2008), o conceito de recursos ambientais se refere não mais somente à capacidade da natureza de fornecer recursos físicos, mas também de prover serviços e desempenhar funções de suporte à vida.

um sentimento de respeito pelas coisas e como elas se perpetuam. Essa emergência de atitudes morais novas em relação à natureza prepara o homem para contemplá-la com admiração.

As relações estabelecidas num todo organizado são desenvolvidas pela forma como se enxerga o outro, como se trata esse outro. Essa visão dialética é eminentemente a dialógica, onde a Natureza e a Cultura formam a realidade a partir de uma ética que se destaca como valor universal, na condição de possibilitar uma visão compreensiva da realidade que cerca o homem.

Isso significa dizer que se deve buscar a compreensão a partir da interpretação, da subjetividade destacando o diálogo, numa perspectiva hermenêutica³, que segundo Sousa Santos (1989), a hermenêutica desenvolvida por Gadamer, destaca a importância que se define o ser que constitui a sua finitude e sua historicidade no conjunto da sua experiência do mundo.

É o estudo do ser e da linguagem que é possível entender a leitura do mundo através do respeito ao outro que se faz a partir da compreensão da hermenêutica filosófica, onde a interpretação do que se fala ou se escreve é percebido através da comunicação. Nesse caso, a linguagem trata da negociação e do ato de fazer sentido de um mundo humano de nossa própria construção. O significado da comunicação é fundamental para poder compreender o sentido do mundo, como coloca Lawn (2007):

O significado real de comunicar não é, a transmissão e recepção de dados e informações; é um cognato com a palavra latina *communicare*, sugerindo aquilo que é compartilhado e aquilo que é mantido em comum (...) a linguagem é o meio através do qual conseguimos entender, e o ser é a leitura mais óbvia. (LAWN, 2007, p. 112).

Com isso, destaca-se que o mundo da vida é um mundo de sentidos e solidariedades compartilhadas, onde o diálogo dos saberes, a diversidade estabelece uma forma de vida caracterizada pela mutualidade de viver a vida com desejo, como utopia, como abertura para um mundo marcado pelo respeito ao modo de vida do outro, em que a ética e a moral são condições fundamentais para um mundo justo.

A referência às formas particulares de convivência num domínio particular social, ou noutro domínio de convivência humana com os outros seres, a reflexão ética surge no espaço da preocupação pelo outro. É na relação da ética e da moral que se fundamenta a emoção, que se desenvolve a preocupação com o outro (MATURANA, 2001).

O que o autor acima evidencia é que a relação da ética e da moral também deve ser percebida numa relação biológica, onde a condição de se relacionar com o outro, através da estrutura psicológica do homem enquanto ser que pensa, é uma condição fundamental para compreender que as relações sociais perpassam pela emoção de se perceber o outro como condição necessária à sobrevivência da vida no planeta. Como a ética surge da capacidade de criar do homem, este desenvolve assim a possibilidade de uma mudança de concepção de pensamento diante de uma realidade exposta. Sendo assim, é importante frisar que a ética é um produto político e não biológico, conforme ressalta Leff (2001):

(...) Mas a ética também é um produto da racionalidade estabelecida como estratégia de domínio e do poder. A ética nasce do pensamento criativo e da reflexão do ser para gerar uma nova racionalidade onde se imanam o pensamento e o sentimento; a razão, a paisagem, a criação e a ação. É a fonte de onde emanam os direitos do ser: o direito de ser, de viver, de devir, de desenvolver suas potencialidades para a diversidade e a possibilidade (LEFF, 2001, p. 463).

Essa condição é o que possibilita entender a atuação do homem como ser que tem a capacidade de pensar, em que o poder é capaz de desenvolver um mundo marcado pelo

³ A hermenêutica filosófica destacada por Gadamer implica que, antes de se obter uma explicação das coisas, que é à base do procedimento científico moderno, definindo-as como um objeto palpável, em nome do rigor lógico do "de-finir" objetivo, trate-se de compreendê-las, trate-se de fazer outra aproximação à realidade, tomada como algo diferente, mas que releva o saber constituído e as tradições, Pelizzoli (2007).

equilíbrio e pela harmonia como já predominou em outros períodos históricos, quando o homem se percebia como parte integrante da natureza.

Com isso Leff (2007) ressalta que é possível fazer com que a razão humana construa uma racionalidade ambiental através de um processo político e social que passa pelo confronto e concerto de interesses opostos, pela reorientação de tendências, pela criação de novas formas de organização produtiva.

Isso porque a racionalidade ambiental não deve ser percebida como uma expressão apenas de uma lógica ou lei, mas como um conjunto de normas, interesses e ações que não devem ocorrer fora das leis da natureza e da sociedade, pelo contrário, essa interação faz parte de um processo histórico onde o homem é parte dessa natureza.

Como ser político e histórico, o homem tem a condição de manter o Cosmo ordenado e pensar a realidade a partir das lições dos tempos históricos, onde prevalecem os ensinamentos do respeito às heranças ameaçadas pela mudança de comportamento do homem. Para tanto, a mudança política é o início de uma nova sociedade, marcada pela ética e pelo respeito ao outro (MIRALÉ, 2009).

Como se poder perceber, a racionalidade ambiental também se funda numa nova ética que se manifesta em comportamentos humanos que estão em harmonia com a natureza e em princípios de uma vida democrática e de valores culturais que dão sentido à existência humana.

A racionalidade ambiental surge então como uma filosofia de vida, uma condição, uma necessidade de formar uma nova sociedade marcada pelo restabelecimento da harmonia entre a Sociedade e a Natureza. Essa condição é o que possibilita recriar um novo mundo em que o desenvolvimento e a reprodução dos seres e as formas de relações sociais estabelecidas entre eles estejam acima do desenvolvimento e da reprodução do sistema econômico capitalista.

Essa condição é o que se pode chamar de um mundo marcado pela sustentabilidade diante do projeto de globalização do domínio econômico, como destaca Leff (2001):

No mundo interdependente da globalização econômica, sob o domínio de uma visão unipolar e monolítica, cada nação e cada população arriscam sua visibilidade e sobrevivência nesta encruzilhada histórica. A transição para a democracia e a sustentabilidade implica uma nova concepção e novas formas de apropriação do mundo; aí se definem novos sentimentos existenciais para cada indivíduo e cada comunidade, traçando novas linhas de força que atravessam as relações de poder onde se forjam novos projetos históricos e culturais. (LEFF, 2001, p. 413-414).

Isso faz com que a atuação do homem mediante o pensamento da racionalidade ambiental estabeleça relações sociais pelo processo da interação social com o ambiente, em que o saber popular associado ao conhecimento científico possa gerar novas significações e um novo posicionamento no mundo diante do projeto de civilização criado pelo mundo Ocidental.

O PARADIGMA CARTESIANO E A RACIONALIDADE ECONÔMICA

O pensamento determinista desenvolvido na sociedade ocidental se caracteriza pelo modelo de sociedade que se firmou a partir da separação entre o homem e a natureza. Essa filosofia, estabelecida pelo poder superior do pensamento humano sobre a natureza e da exploração do homem pelo próprio homem, surge ainda no período da antiguidade clássica, no pensamento filosófico de Aristóteles (2008), quando este se referiu à política democrática grega:

... Há também, por natureza, visando à conservação das espécies, um ser que comanda e outro que obedece: aquele que é capaz de providência, por usa inteligência, é por natureza o senhor; e aquele que é capaz, pelo vigor de seu corpo, de pôr em ação aquilo que o senhor prevê, é um súdito e, por natureza, um escravo; por conseguinte, senhor e escravo têm o mesmo interesse. (ARISTÓTELES, 2008, P. 54).

O que pode ser analisado é que a relação determinista de exploração dos homens entre si é justificada como um processo natural, e por isso, aceitável como condição de estabelecer uma

relação democrática na cidade. Aristóteles (2008), afirma ainda que a superioridade do homem sobre os animais é um processo natural determinado pelo dom do discurso, já que o homem é um animal político em um grau muito mais elevado que as abelhas e os outros animais que vivem reunidos. Isso coloca em evidência que a razão humana, através da idéia se destaca como condição de superioridade em relação aos demais seres vivos.

Em decorrência dessa visão Pelizzoli (1999) enfatiza que a alteridade da natureza começa a ser percebida através da objetividade, onde o esboço do domínio dessa natureza pela lógica linear e racionalizada pelo pensamento humano surge através de um olhar investigativo conjugado aos processos da natureza para a esfera lógico-conceitual. Atribui-se, assim, ao pensamento aristotélico a criação da lógica e a superação do pensamento mítico, quando fez emergir uma ciência racional da natureza.

Essa oposição do homem a outro homem e à natureza ocorreu diante da complexa história do ocidente, em luta com outras formas de pensamento e práticas sociais. A desqualificação dos pensadores anteriores como o pensamento mitológico e a mudança do conceito de *physis* como natureza desumanizada faz emergir o pensamento racionalista, originando-se assim, a filosofia cartesiana de caráter pragmático. (GONÇALVES, 2006).

A filosofia pragmática desta forma estabelece o antropocentrismo, quando através de métodos práticos e numéricos passa a perceber o planeta como uma máquina a ser dominada e conquistada pelo conhecimento científico que coloca o homem como o centro do universo.

Esse sistema de valores que se instaura como modelo de sociedade a ser seguida e valorizada faz emergir uma nova era da civilização humana marcada pela degradação ambiental e pelo individualismo. Surge assim a Idade Moderna, onde a razão científica é quem conduz as relações sociais, conforme enfatiza Capra (1982):

Entre 1500 e 1700 houve uma mudança drástica na maneira como as pessoas descreviam o mundo e em todo o seu modo de pensar. A nova mentalidade e a nova percepção do cosmo propiciaram à nossa civilização ocidental aqueles aspectos que são característicos da era moderna. Eles tornaram-se a base do paradigma que dominou a nossa cultura nos últimos trezentos anos e está agora prestes a mudar. (CAPRA, 1982, p. 49).

Como já foi exposto, o pensamento dominador era defendido pela filosofia aristotélica, quando ele coloca que o domínio humano sobre as coisas deve ser realizado a partir do método pragmático. Nesse método, Aristóteles estabelece que o conhecimento e o domínio são originados quando o todo é dividido por partes para que se possa chegar a uma conclusão esperada. O que faz com que a sobreposição do conhecimento pragmático ocorra em detrimento às demais formas de saberes.

Na política, assim como em qualquer outro ramo da ciência, para conhecer as coisas compostas deve-se decompor (*syntheton*) até chegar aos elementos mais simples. Com isso, poderá ver melhor os elementos dos quais a cidade é composta, para ser possível chegar a alguma conclusão científica. (ARISTÓTELES, 2008).

A concepção política de democracia grega⁴ representa assim, no primeiro momento, o surgimento de uma visão determinista do homem sobre o ambiente, onde esse domínio se faz pela divisão de suas partes para se dominar o todo, ocasionando desta forma a superioridade humana pela ação política. É nessa perspectiva de visão de totalidade do mundo constituída pela filosofia clássica, o qual todas as coisas presentes no Universo formam um todo, e a soma das partes é igual a esse todo, que o universo passou a ser percebido como uma máquina a ser analisada pelo método mecanicista e pela racionalidade instrumental.

No que se refere ao método mecanicista, observa-se que no momento em que a Revolução Científica emerge como o domínio da ciência sobre os demais saberes, a Natureza passa a ser

⁴ Lefebvre (2001) coloca que na Antiguidade, a cidade política organizava, dominava, protegia, administrava, explorava um território, com os camponeses, os habitantes dos vilarejos, os pastores, etc. No seio do crescimento urbano o conflito que houve foi entre os escravos e os cidadãos, não havendo assim outras relações de classes.

trabalhada na concepção de leis rígidas e a divisão de suas partes é o significado da razão como condição de “emancipação humana”.

Diante da dicotomia entre o saber e a sabedoria, que se forma com a racionalidade científica, Pelizzoli (1999), destaca que a hegemonia do núcleo duro da cientificidade e outras formas de saber entre tecnologia artificial e tecnologia mais natural e branda remetem a conseqüências ligadas à perda de nossa interação mais imediata com a natureza:

... A análise desta dicotomia hoje é surpreendente, e seus problemas cada vez mais evidentes. São várias as delicadas características que são levantadas aí, com grandes conseqüências teóricas, diante dos rumos que o projeto da modernidade e sua emancipação do meio natural tomaram, assimilando uma lógica de cientificidade determinada como a única linguagem e forma de conhecimento legitimamente possível. (PELIZZOLI, 1999, p. 61-62).

Para Leff (2001), a visão mecanicista da razão cartesiana converteu-se no princípio constitutivo de uma teoria econômica que predominou sobre os paradigmas organicistas dos processos da vida, legitimando uma falsa idéia do progresso da civilização moderna.

É o que se faz perceber com a racionalização que passa a ser vinculada diretamente à questão econômica. Sendo assim, a racionalidade econômica baniu a natureza da esfera da produção, gerando processos de destruição ecológica e de degradação.

Na realidade o que pode ser constatado é que a degradação ambiental se manifesta como a crise da civilização Ocidental, marcada pelo modelo de modernidade regido pelo domínio do desenvolvimento da razão tecnológica sobre a organização da natureza, através do pensamento determinista.

Essa crise se faz presente também na degradação do próprio homem, já que a concentração de poder, do mundo Ocidental, ocasionada pelo domínio do saber científico, encontrou no projeto de colonização das Américas a submissão da cultura autóctone em detrimento da supremacia do homem Europeu. Como analisa Zea (1978):

Los conquistadores iberos, españoles y portugueses, en la primeira oleada expansiva tratarán si, de imponer su cultura a los indígenas sometidos. Esto es, de cristianizarlos, pero sin asimilar la cultura que éstos poseen. Lo que es superior no puede mezclarse con lo inferior. La cultura indígena es extraña a la cultura cristiana traída por los iberos a la América (...) La conquista ibera buscó la absorción total del indígena, como parte del proyecto de dominación; pero buscó, al mismo tiempo, enterrar la cultura que éste poseía⁵. (ZEA, 1978, p. 104-105).

Esse projeto colonizador do homem europeu faz parte também do poder que a religião Católica exerce sobre o modo de comportamento do homem. O domínio humano tinha, portanto, lugar central no plano divino que marcava a dominação do homem pelo homem e a degradação dos recursos ambientais.

Segundo Thomas (1996), essa visão divina deixa evidente como o homem é considerado o centro do mundo, o homem era o fim de todas as obras de Deus, onde os outros seres foram feitos para os homens e o homem para si próprio. Todas as coisas foram criadas “principalmente para o benefício e prazer do homem”, já que o homem é o centro do mundo.

Essa visão antropocêntrica do homem vem acompanhada pelo desenvolvimento científico e os planejadores econômicos do século XVII. Para Bacon, o fim da ciência era devolver ao homem o domínio sobre a criação que ele perdera em parte com o pecado, ao passo que Robert Boyle era instado por seu correspondente John Boyle a estabelecer o que este chamava “o império da espécie humana”. Para os cientistas formados nessa tradição, todo o propósito de estudar o mundo natural se resumia em que “a Natureza, desde que conhecida, será dominada, gerida e utilizada a serviço da vida humana. (THOMAS, 1996).

É importante dizer que essa racionalidade econômica e antropocêntrica fez emergir uma mudança de comportamento que estabeleceu a superioridade da cultura europeia sobre os

demais modos de vida. A natureza passou a ser pensada como algo subserviente ao homem para ser usada e depredada ao estilo de vida marcado pelo desenvolvimento econômico.

É no aspecto econômico que a superioridade humana na perspectiva do pensamento determinista assume a condição de formar cidades que surgem a partir das relações sociais de produção e tem como função central a relação capitalista. A divisão do trabalho na sociedade capitalista significa assim a separação da técnica e do social, entre o campo e a cidade, e faz surgir à relação de classes sociais. Conforme mostra Lefebvre (2001):

...Nessa separação, compete ao campo o trabalho material desprovido de inteligência; à cidade pertence o trabalho enriquecido e desenvolvido pelo intelecto, compreendendo as funções de administração e comando. A oposição se aprofunda no decorrer de um imenso progresso social (...) tal separação divide a população em classes. (LEFBVRE, 2001, p. 50).

O espaço desta maneira através da conquista e do controle é concebido como uma coisa usável, maleável e capaz de ser dominada pela ação humana para atender ao “progresso” determinado pelo desenvolvimento econômico.

Desta forma Corrêa (1995) atribui o conceito de espaço urbano capitalista a um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendrada por agentes que produzem e consomem espaço. A complexa ação dos agentes deriva da dinâmica acumulação do capital e dos conflitos de classe que dela emergem.

O estabelecimento da divisão de classes no sistema capitalista e a mudança de finalidade da produção que passa não mais a ser a de subsistência, mas a de lucro. O homem passa a ser preso ao universo da necessidade econômica, onde a produção da riqueza material da sociedade determina, ao mesmo tempo, a submissão do homem ao processo de trabalho, e o uso da terra, como o de todos os recursos renováveis passa a ser submetido às leis do mercado e do lucro capitalista.

É dessa organização política e econômica realizada dentro da lógica capitalista que o processo de globalização atual estabelece a racionalidade econômica caracterizada pelo desajuste entre as formas e ritmos de extração, exploração e transformação dos recursos naturais e das condições ecológicas.

Quando o sistema político formado pelos governos e pelas empresas utiliza os sistemas técnicos contemporâneos e seu imaginário para produzir a atual globalização, aponta-se para formas de relações econômicas implacáveis, que não aceitam discussão e exigem obediência imediata, sem a qual os atores são expulsos da cena ou permanecem escravos de uma lógica indispensável ao funcionamento do sistema como um todo. (SANTOS, 2009).

Essa situação de depredação do ambiente e dos homens entre si faz emergir conflitos sociais, numa relação de dominação e de poder, onde as relações sociais de produção são determinantes sobre as condições orgânicas dos seres vivos e dos demais recursos, assim como a subserviência dos diferentes tipos de cultura ao modelo de sociedade europeu.

Diante dessas circunstâncias, Leff (2007) enfatiza que os processos de destruição ecológica mais devastadores bem como a degradação socioambiental (perda de fertilidade dos solos, marginalização social, desnutrição, pobreza e miséria extrema) têm sido resultado das práticas inadequadas do uso do solo, que dependem de padrões tecnológicos e de um modelo depredador de crescimento e que permitem maximar lucros econômicos no curto prazo, revertendo seus custos sobre os sistemas naturais e sociais.

A racionalidade econômica pode ser percebida, desta forma, a partir da função e do domínio que o homem dá à técnica, como condição fundamental de desenvolvimento do sistema capitalista. Essa escolha política ocorre em detrimento da capacidade do homem de pensar e de agir, fazendo assim, emergir a crise ambiental marcada pela degradação do mundo.

Fica evidente então que é no aspecto político que se fundamenta o modo de produção capitalista, estabelecendo assim um modo de pensar a partir do domínio humano em detrimento aos demais modos de vida e, conseqüentemente, da dominação dos outros homens nas relações sociais de produção.

O ponto que pode ser frisado diante dessa crise ambiental é que a natureza precede ao próprio ser humano. Por isso as demais formas de vida apresentam um significado próprio em si mesmo. Com efeito, nem tudo o que existe foi criado para a utilidade imediata do homem; há outros fins, outras razões criadoras que escapam à nossa sensibilidade e aos nossos cálculos. (MIRALÉ, 2009).

ESPAÇO, PAISAGEM E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

A maneira como a sociedade se organiza, através das práticas produtivas, gera formas de percepção e técnicas específicas para a apropriação social da natureza e da transformação do meio. A relação do homem com o ambiente, no período mais remoto, predominava o meio sobre a vida humana e as condições naturais constituíam a base material da existência do grupo, onde o homem valorizava os lugares e o modo de vida na sua forma coletiva.

Esse modo de agir e perceber a realidade fazia com que os meios técnicos utilizados pelo homem não provocassem transformações profundas sobre o meio. O que significa dizer que a sociedade local onde se criava as técnicas era também quem comandava o tempo e os limites de sua utilização dos materiais, como destaca Santos (2008):

Nesse período, os sistemas técnicos não tinham existência autônoma e podemos dizer, talvez, que o possibilismo da criação mergulhava no determinismo do funcionamento (...) a harmonia socioespacial assim estabelecida era respeitosa da natureza herdada. Produzindo-a, a sociedade territorial produzia, também um série de comportamentos, cuja razão é a preservação e a continuidade do meio da vida. (SANTOS, 2008, p. 235-236).

O comportamento humano assim é fundamentado pelo respeito e preservação ao meio de vida, já que o homem como parte dessa natureza trabalha a realidade de forma totalitária, onde a realidade é percebida em sua integralidade. Essa totalidade significa o conjunto de todas as coisas e de todos os homens nas suas relações.

O que se pode compreender desta forma é que a sociedade territorial, onde o homem estabelece sua base material para a prática social é o primeiro momento de sua organização social. Com isso, o espaço é um dos aspectos fundamentais na relação sociedade-natureza. Sendo assim, Santos (2008) expressa um dos significados do espaço:

O espaço passa a ser um conjunto de fixos e fluxos, onde os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. (SANTOS, 2008, p. 61).

O espaço assim definido constitui a matriz sobre a qual as novas ações substituem as ações passadas, formando uma construção única e fundamental para o modo de vida social. Mas esse mesmo espaço, onde a sociedade se organiza, também tem outro significado, quando se analisa pela vivência ou o local vivido é o que se pode chamar de Paisagem. O quadro paisagístico do vivenciado ou do vivido representa um recorte espacial de uma determinada parcela da superfície da Terra, cujos atributos naturais e paisagísticos evocam sentimentos de amenidades e recordações vitais. (GOMES, 2007).

Como se vê o espaço enquanto base material mostra o presente momento em que o homem se estabelece e o modifica; já a paisagem é aquele espaço que representou um modo de vida, deixando marcas do passado e o significado de um dado momento histórico, através de sentimentos e recordações de outrora.

Para Castro (2007), nas sociedades tropicais primitivas o espaço e o tempo são concebidos descontinuamente, o espaço vivido é fragmentado em função do pertencimento ao mesmo povoado, linhagem, tribo que fornecem referenciais básicos para o cotidiano em sua dimensão espacial. É o que se pode perceber da importância do espaço que além de ser a base material da vida e a relação de produção, tem também outro significado a do sentimento e a condição de pertencimento de um grupo a uma localidade.

Isso porque a dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, onde a compreensão é sempre um processo seletivo de apreensão da realidade que passa pela vivência da história.

Com isso, a relação do significado do espaço e da paisagem é ressaltada por Santos (2008) como a natureza do espaço, que é formada de um lado, pelo resultado material acumulado das ações humanas através do tempo, e, de outro lado, animado pelas ações atuais que lhe atribuem um dinamismo e uma funcionalidade é o que configura a paisagem e a sociedade como variáveis complementares, sempre por refazer o espaço humano.

Compreender o espaço e a paisagem como parte das relações sociais e do modo de vida é apreender o sentido de que o espaço é uma necessidade biológica de todos os animais e também uma necessidade psicológica para os seres humanos como um requisito social de valorização do lugar e do respeito aos diferentes modos de vida.

O espaço é, sem dúvida, mais do que um ponto de vista ou um sentimento complexo e fugaz é ainda uma condição para a sobrevivência biológica e um recurso de apreciação cultural, em que o nível de aspiração que cada um considera como espaço adequado é a aspiração condicionada culturalmente. (TUAN, 1983).

O que fica evidente é que o espaço na percepção do vivido não se define em si mesmo, ao contrário é marcado pelas relações sociais, o que faz emergir o sentimento de pertencimento e de lugar. Isto é, o espaço é um produto do trabalho humano, na forma histórica e social, e por isso é que se pode entender da organização de uma dada sociedade, conforme explica Carlos (1996).

O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que aí é que o homem se reconhece porque é o lugar da vida. (CARLOS, 1996, p. 29).

O lugar percebido por Andrade (1984) também tem no espaço a produção que se desenvolve a partir das relações sociais de produção, onde esse espaço resulta da ação do homem transformando o meio em função de suas necessidades. A ação do homem é no sentido de se adaptar às condições ambientais, no caso de civilizações de baixo nível de desenvolvimento, ou de transformar o meio, de acordo com as necessidades, de forma cada vez mais intensa, conforme dispunha de uma tecnologia mais avançada e de capital.

A reprodução da vida pode ser analisada pela tríade: habitante, identidade e lugar, e é na cidade que se produz e revela no plano da vida e do indivíduo, onde este plano é o local. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental e nas relações sociais de produção (CARLOS, 1996).

A cidade desta forma é o lugar tanto do espaço vivido e habitado por um grupo social, como o lugar das relações sociais de produção como forma de sobrevivência, mas também como forma de exploração. É o que se pode dizer das cidades desenvolvidas a partir do sistema capitalista, quando o espaço representa um conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de ações.

Para Santos (2008), no começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina.

É diante dessas transformações que se pode compreender a mudança do comportamento humano, onde a cidade deixa de ser o lugar da produção social para a vida e passa a ser percebida como o local de conflitos sociais, marcado pelas relações de classes e de poder.

Nessas circunstâncias, Sposito (2008) coloca como a cidade passou a se organizar em função do sistema capitalista de produção, já que antes a cidade tinha características de valor de uso, mas, com a consolidação do capitalismo, tudo o que nela se constrói como consequência, além do valor de uso tem também o valor de troca e, com isso, a indissociabilidade entre essas duas dimensões.

O que fica evidente é que a organização de uma grande cidade capitalista, principalmente quando passa a se configurar na condição de metrópole, deve ser compreendida pelos diferentes usos de sua terra. O uso do solo urbano representa, na realidade, a estrutura de uma sociedade que se apresenta como terras justapostas, mas fragmentada pela forma de organização social.

Sendo assim, para Corrêa (1995) a apreensão do espaço urbano é um reflexo da sociedade, refletindo a estrutura social de classes. Isto é, o espaço da cidade marca o contexto de fragmentação desigual do espaço, onde os conflitos sociais é o cenário de lutas sociais e movimentos sociais urbanos.

O conflito de classes que se forma na sociedade capitalista surge assim da separação campo-cidade, onde o domínio político da cidade faz o sistema urbano concentrar não somente a população, mas também os instrumentos de produção e a dominação do meio. É o que provoca a transformação da natureza com a finalidade de atender ao capital.

... a cidade veicula as mudanças da produção, fornecendo ao mesmo tempo o receptáculo e a condição, o lugar e o meio. Na e pela cidade, a natureza cede o lugar a uma segunda natureza. A cidade se torna, em lugar da terra, o grande laboratório das forças sociais. (LEFEBVRE, 2001, p. 86).

O referido autor coloca ainda que a passagem da comunidade à comuna urbana implica mudanças consideráveis na propriedade, na produção e na troca. Ele ressalta que as modificações de uma “natureza social” substitui a naturalidade imediata, já que enquanto na comunidade primitiva a natureza aparece como tal ao indivíduo, simultaneamente, como seu recurso e seu aliado ou inimigo, a “natureza social” trata como estrangeiro um membro da sociedade.

É diante dessas relações de conflitos surgida a partir da exploração dos homens entre si, como também da relação de dominação do homem sobre os recursos ambientais que o processo de degradação ambiental emerge como uma problemática que se firma na sociedade capitalista.

A forma de apropriação e transformação da natureza e de organizações das relações sociais de produção se destaca com a Revolução Industrial, sendo considerada o marco essencial na alteração das formas das cidades.

Gonçalves (2006) retrata que a extrema fragmentação do conhecimento consagrou a separação entre o homem e a natureza, fazendo com que o mundo concreto, cotidiano mergulhasse profundamente no universo mecânico da Revolução Industrial, no turbilhão da vida urbana, na fuligem das cidades e regiões negras de poluição e da degradação.

A essa natureza criada através da relação antagônica Homem-Natureza, deve ser analisado a partir da ação e decisão do próprio homem, em que os recursos naturais⁶ são percebidos de forma determinante para culturas específicas. Esses grupos se comportam e se apropriam dos recursos naturais com o objetivo de atender as relações sociais de produção econômica.

O que pode ser observado na relação de produção capitalista é que o ambiente é utilizado como um recurso para atender as necessidades do capital. A utilização assim de uma área significa ocasionar a alteração de recursos naturais como solo, vegetação e águas. Isso significa dizer que a modificação dos recursos naturais são decorrentes da ação humana.

A compreensão de degradação ambiental não está associada apenas à emissão de poluentes, mas também à alteração de uma paisagem. Sendo assim, a degradação significa a perda ou deterioração da qualidade do ambiente e quando há qualquer alteração adversa dos processos, funções ou componentes ambientais. É o que se pode chamar de impacto ambiental negativo. (SÁNCHEZ, 2008).

A degradação ambiental no espaço urbano perpassa desta forma pelo modo de produção capitalista e ganha significado com a relação de poder que se estabelece entre os homens num determinado espaço, caracterizado assim por área de poder. É nessa perspectiva de dominação dos recursos ambientais que a natureza sofre transformações e os conflitos socioambientais tornam-se característica peculiar da sociedade capitalista. O modelo de sociedade marcada pela cidade ocidental que por um destino histórico que nada tem a ver com uma predestinação teológica, tornar-se-á o lugar e o meio de uma alteração extraordinária de situação: a natureza dominante será, por sua vez, dominada. (LEFEBVRE, 2001).

⁶ O termo recurso natural está relacionado a uma concepção de natureza como fornecedora de bens, onde os diversos processos de degradação ambiental afetam a própria capacidade da natureza de prover os serviços e funções essenciais à vida. (Sánchez, 2008).

É a partir dessa dominação, marcada pela relação de poder no espaço, que o conflito ambiental se estabelece entre os grupos sociais. A prática social como o modo de vida de um povo tem nos recursos o significado e a condição de partes integrantes dessa relação.

É na relação de conflitos ambientais que os espaços de apropriação material e simbólica formam o território, a apropriação no que se refere ao material e ao símbolo marcam as disputas sociais, onde o modo de distribuição de poder pode ser objeto de contestação entre os grupos, conforme coloca Acselrad (2004):

O conflito ambiental surgiria de eventuais rupturas do acordo simbiótico entre as diferentes práticas sociais dispostas no espaço. Pois dadas certas combinações de atividades, o “meio ambiente” poderia constituir um veículo de transmissão de impactos desejáveis, disseminados pela água, pelo ar, pelo solo e pelos sistemas vivos, capazes de fazer com que o desenvolvimento de uma atividade comprometa a possibilidade de outras práticas se manterem. (ACSERALD, 2004, p. 24-25).

Acrescenta-se a essa condição que o real significado do espaço, já que o espaço é a base material e simbólica onde se desenvolvem as práticas sociais numa sociedade marcada pela desigualdade de classes, constitui-se dessa maneira pela relação de poder e de conflitos sociais. Isso faz com que o espaço criado pela relação de poder seja percebido como uma área territorial.

TERRITÓRIO, PODER E CONFLITOS AMBIENTAIS

A complexa relação da sociedade com o ambiente além de ser analisada sob a ótica do mundo material também deve ser pensado na questão das representações e dos significados que os recursos ambientais são na prática social das comunidades. Isso porque os objetos que constituem o ambiente num determinado espaço apresentam também valores históricos e culturais.

É interessante acrescentar que o meio ambiente não se resume apenas em satisfazer as necessidades biológicas, mas projetar diferentes percepções sobre os recursos utilizados. É o que ocorre com o processo de construção do mundo, que através da prática social tem representações coletivas e significativas.

As sociedades produzem a sua existência tendo por base tanto as relações sociais que lhes são específicas como os modos de apropriação do mundo material que lhes correspondem. Nessa interface destacam-se as faces das práticas sociais, que podem ser três: as práticas técnicas, as práticas sociais e as culturais. (ACSELRAD, 2004).

É diante dessa relação intrínseca entre o mundo material e as representações culturais e sociais dos diferentes atores que compõe o espaço que surgem as diferenças e divergências no modo de apropriação dos recursos ambientais. Isso porque as práticas técnicas têm um significado puramente material, enquanto às culturais marcam as representações coletivas.

Nessas circunstâncias, numa sociedade que tem como modo de produção o capitalismo, percebe-se que as relações sociais de produção são organizadas pelas práticas técnicas e sociais, caracterizada pela desigualdade social dos atores, em detrimento das práticas culturais. O que faz com que essa relação seja marcada por conflitos. Os conflitos modernos, sobretudo os socioambientais, são inerentes à própria formação do modelo atual da sociedade. Os conflitos socioambientais podem ser comparados a outros tipos de conflito existentes na sociedade, com a diferença de que normalmente eles englobam coletividades em torno de bens difusos, com base em uma legislação. (THEODORO, 2005).

O que pode ser percebido é que nas relações sociais desiguais entre os atores emergem os conflitos socioambientais, onde estes conflitos surgem a partir das relações de poder na disputa por recursos ambientais.

É importante frisar que essa disputa não está restrita apenas ao significado material, mas também a representação simbólica dos objetos e das coisas⁷.

⁷ Para Santos (2008) as coisas são o produto de uma elaboração natural, enquanto os objetos seriam o produto de uma elaboração social. As coisas seriam o dom da natureza e os objetos um resultado do trabalho.

Os conflitos ambientais deveram ser analisados, portanto, simultaneamente nos espaços de apropriação material e simbólica dos recursos do território. No espaço material desenvolvem-se as lutas sociais, econômicas e políticas pela apropriação dos diferentes tipos de capital, pela mudança ou conservação da estrutura de distribuição de poder. No segundo, desenvolve-se uma luta simbólica para impor as categorias que legitimam ou deslegitimam a distribuição de poder sobre os distintos tipos de capital. (ACSELRAD, 2004). É dessa relação conflituosa que Santos (2008) chama a atenção para a diferença entre o espaço e a configuração territorial, onde o conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em uma dada área e pelos acréscimos que os homens impuseram a esses sistemas naturais.

A configuração territorial desta forma é o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada. Essa concepção de territorialidade tem uma relação direta com o que se pode atribuir à concepção de desenvolvimento. É a disputa de uma área para atender ao desenvolvimento econômico. Por isso, a relação de poder no espaço se configura numa condição de pensar egoisticamente em detrimento da diversidade de outros modos de vida.

O espaço desta forma é anterior ao território, já que este se forma a partir da organização do espaço, que é conduzida por um ator sintagmático⁸ em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator "territorializa" o espaço, que nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, que por consequência, revela relações marcadas pelo poder. (RAFFESTIN, 1993).

O que pode ser destacado é que o espaço marcado por uma relação de poder se configura como um território, que faz referência a uma noção de limite e exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. Esses limites são organizados tanto na questão econômica, social como também cultural.

No que se refere à relação de poder no espaço capitalista vinculado ao domínio de recursos ambientais por parte da classe hegemônica é importante enfatizar que esse poder representa também o domínio ideológico e, em algumas situações, a justificativa é dada pelo desenvolvimento econômico em detrimento ao modo de vida de uma coletividade. É como mostra Foucault (1979):

... O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir. (Foucault, 1979, p. 8).

Essa dominação ideológica não está restrita apenas à classe hegemônica do poder, mas se estende também ao Estado, como instituição que trabalha no planejamento dos recursos ambientais e na implementação das políticas públicas, que com a função de organizar a gestão ambiental e social se posiciona para atender ao capital. O Estado é desta forma um dos atores que estabelece o planejamento urbano voltado para a racionalidade econômica.

É o que pode ser enfatizado com as políticas atuais que trabalham numa linha de desenvolvimento sustentável, que surgem a partir de distintas formas de conceber e de se interagir nas reais assimetrias de poder impressas nas dinâmicas sociais e políticas.

Sendo assim, os conflitos são inerentes às diferentes racionalidades, lógicas e processos de apropriação do território. (ZHOURI, 2005).

Com isso o comportamento e a concepção dos atores sociais de uma sociedade são fundamentais para o surgimento dos conflitos, já que a forma como se percebe o ambiente e o espaço apropriado, quer seja pela base material, quer seja pela representação social são

⁸ Há dois tipos de atores coletivos: aqueles que realizam um programa e que Greimas chama sintagmáticos, e aqueles que surgem de uma classificação, de uma repartição, sem integração num processo programado e que o mesmo autor chama de paradigmáticos. O ator sintagmático manifesta, com precisão, a ideia de processo e de articulações sucessivas no interior do processo. Segundo Raffestin (1993).

diversificadas e destaca o modo de vida de cada grupo social. Isto é, a percepção de uma realidade está relacionada à prática cultural

A identificação e a análise dos atores sociais também são elementos fundamentais para o estudo dos conflitos socioambientais, já que tenta explicitar os interesses específicos em jogo no momento da crise. Para entender um conflito em sua totalidade, é necessário compreender as intenções e posições de todos os atores sociais envolvidos. (THEODORO, 2005).

Isso significa que o conflito na sua totalidade pode ser compreendido como o modo de organização dos atores que fazem parte ou que mantêm vínculo com determinado território. É o papel desses atores e a concepção de localidade e de identidade com o lugar que faz emergir os conflitos na sua especificidade.

O território, nessas circunstâncias, adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. (RAFFESTIN, 1993).

O referido autor acima citado chama a atenção para a importância que uma localidade apresenta para um grupo, que a ela está vinculado. As condições existenciais têm sua complexidade por representar além da produtividade a existência enquanto modo de organização social.

E a idéia de organização e coletividade de existência social também pode ser vista no espaço urbano, ou seja, numa grande cidade capitalista. É o que Santos (2008) chama a atenção para o valor do lugar e do cotidiano ao especificar a classe subalterna num espaço dominado pelo capital hegemônico. A cidade, sobretudo a grande, aparece como uma diversidade sócio-espacial a comparar vantajosamente com a biodiversidade hoje tão prezada pelo movimento ecológico. Palco da atividade de todos os capitais e de todos os trabalhos atrai e acolhe as multidões de pobres expulsos do campo e das cidades médias.

A presença dos pobres aumenta e enriquece a diversidade tanto pela produção da materialidade em bairros e sítios tão contrastantes, quanto pelas formas de trabalho e de vida. (SANTOS, 2008). O território como lugar possibilita desenvolver as relações sociais entre os membros de um grupo, que acima da relação econômica, desenvolve-se a prática cultural entre os atores que compõe aquele todo de forma interativa e dinâmica. É nas relações do grupo que surgem as condições de lutas e de associações para que o grupo se mantenha coeso.

O território é o espaço ao qual um grupo específico garante aos seus membros direitos estáveis de acesso, de uso e de controle dos recursos e sua disponibilidade no tempo. Mas todas as atividades produtivas contêm e combinam formas materiais e simbólicas com as quais os grupos humanos agem sobre o território. O trabalho que recria continuamente essas relações reúne aspectos visíveis e invisíveis, daí porque está longe de ser uma realidade simplesmente econômica. (DIEGUES, 2000).

O que fica apreendido é que a origem dos conflitos socioambientais vem do fato de que a percepção da realidade é diversa, variável de uma pessoa para outra e que nenhuma instância supostamente superior pode impor-se à diversidade das percepções. Essa diversidade é que faz com que uma localidade tenha significados diferenciados para as pessoas que nela estão estabelecidas ou mantêm algum tipo de relação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão da produção do espaço, através da prática social de um grupo, remete a análise das relações sociais de poder estabelecidas entre seus membros. Isso porque o modo de produção e de organização social e política do espaço representam a percepção e as significações que o grupo tem sobre o espaço utilizado. É desta maneira que o espaço apropriado como local de reprodução do grupo, que o percebe a partir da valorização dos costumes, da tradição e valores, diverge da apropriação do espaço pelo desenvolvimento da racionalidade econômica na sociedade capitalista, quando esta apropriação e reprodução refere unicamente às realizações do capital.

No momento atual, em que a globalização impõe a unificação do mundo a partir da hegemonia da classe dominante, principalmente, dos países centrais sobre os países periféricos, é preciso

pensar o lugar na sua forma heterogênea e na pluralidade cultural. A organização cultural representa um complexo sistema de valores, ideologias, significados de vida que se desenvolveram ao longo da história e se especificam em diferentes contextos.

A crise ambiental, desta forma, é a manifestação dos limites da racionalidade econômica e da concentração do poder, em que a transformação territorial com a destruição de ecossistemas está associada à destruição de organização social, que não se adéqua ao modelo de produção capitalista.

É diante dessas circunstâncias, que os conflitos ambientais emergem relacionados intrinsecamente à questão do desenvolvimento econômico capitalista e, conseqüentemente, à disputa territorial, já que a territorialidade é a base fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade. Nessas circunstâncias, os conflitos socioambientais não apenas representam a dominação do poder hegemônico para unificar as sociedades a partir do desenvolvimento capitalista; significam também o movimento realizado pelas reivindicações de grupos contrários a esse modo de produção do espaço. Essa relação conflituosa, de luta contra a dominação, representa a organização social e política pela continuação das identificações locais.

A política do lugar e do espaço é uma das formas de reivindicação social, legitimando regras plurais e democráticas de convivência social. Com isso, o lugar é o território onde a sustentabilidade se enraíza em bases ecológicas e identidades culturais. É onde o espaço social dos atores sociais exerce seu poder para minimizar a degradação ambiental, através da singularidade da formação social e da prática social de um povo. Sendo assim, o mundo dominado pela expansão da hegemonia do capital representa um desafio na preservação de sociedades territorialmente organizadas contrárias ao modo de produção capitalista. A organização social e política são condições de luta contra o processo de desterritorialização social e destruição ambiental.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004;
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Poder político e produção do espaço**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco- Editora Massangana, 1984;
- ARISTÓTELES. **Política**. 5 ed. São Paulo: Editora Martin Claret Ltda. 2008;
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do Mundo**. São Paulo: editora HUCITEC, 1996;
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1995;
- DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 3ª ed. HUCITEC: São Paulo/SP, 1996;
- CAPRA, F. **O ponto de mutação**. São Paulo/SP: Cultrix, 1982;
- CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007;
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 24 ed. São Paulo: Edições Graal Ltda, 2007;
- GOMES, Edvânia Tôrres Aguiar. **Recortes de Paisagens na cidade do Recife: Uma abordagem geográfica**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2007;
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 14 ed. São Paulo: Contexto, 2006;
- HOURLI, Andréa. **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- LAWN, Chris. **Compreender Gadamer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007;
- LEFEBVRE, Henri **A cidade do Capital**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001;
- LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001;

- _____. **Epistemologia Ambiental**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2007;
- PELIZZOLI, M. L. **A emergência do paradigma ecológico**: Reflexões ético-filosóficas para o século XXI. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999;
- _____. **Correntes da Ética Ambiental**. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007;
- MATURANA, Humberto. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. Minas Gerais: Editora UFMG, 2001;
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 20 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994;
- _____. **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005;
- MIRALÉ, Edis. **Direito Ambiental**: a gestão ambiental em foco. 6 ed. São Pulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009;
- MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005;
- PASSMORE, John. **Atitudes Frente à Natureza**. Trad. Christine Rufino-Dabat, Vol. VIII, 1973-74, London.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993;
- RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999;
- SÁNCHEZ, Luis Enrique. **Avaliação de impacto ambiental**: conceitos e métodos. São Paulo: Oficina de Textos, 2008;
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989;
- _____. **A natureza do espaço**: Técnica e Tempo. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008;
- _____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 18 ed. Rio de Janeiro: Record, 2009;
- SPOSITO, Eliseu Savério. **Redes e cidades**. São Paulo: Editora UNESP, 2008;
- THEODORO, Suze Huff. **Conflitos Socioambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008;
- THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996;
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983;
- ZEA, Leopoldo. **Filosofia de la historia americana**. México: Fundo de cultura econômica, 1978;